



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Lamur, Humphrey E.

O impacto das Guerras dos Quilombolas na política populacional durante a escravidão no Suriname

Afro-Ásia, núm. 26, 2001, pp. 61-93

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002602>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# O IMPACTO DAS GUERRAS DOS QUILOMBOLAS NA POLÍTICA POPULACIONAL DURANTE A ESCRAVIDÃO NO SURINAME\*

*Humphrey E. Lamur\*\**

**A**pós o fim do tráfico de escravos por algumas nações européias, no início do século XIX, os governos nas sociedades escravocratas caribenhias adotaram medidas para estimular o aumento natural da população escrava.<sup>1</sup> O presente trabalho nos traz uma conclusão definitiva a respeito dos efeitos desta política populacional. Por exemplo, no caso do Caribe britânico, Dunn defende que as medidas tiveram um efeito demográfico positivo,<sup>2</sup> enquanto que Higman mostra que as colônias britânicas

---

\* Esta é uma versão revista do artigo "The impact of Maroons Wars on population policy during slavery in Suriname", publicado no *The Journal of Caribbean History*, vol. 23 (1), 1989, pp. 1-27. Traduzido do inglês por Maria Inês Guimarães Alfano e Valdemir Zamparoni.

\*\* Professor do Departamento de Antropologia Cultural da Universidade de Amsterdam.

<sup>1</sup> Para o Caribe britânico, ver R.S. Dunn, *Sugar and slaves*, Chapell Hill, 1972, pp. 323-325; H.O. Paterson, *The sociology of slavery*, London, 1967, pp. 105-106; G.W. Roberts, *The population of Jamaica*, Cambridge, 1975; P.D. Curtin, *The Atlantic slave trade*, Madison, 1969, p. 29; B.W. Higman, "The slave populations of the British Caribbean: some nineteenth century variations" in S. Proctor (ed.), *Eighteenth-Century Florida and the Caribbean*, Gainesville, 1976; S.W. Mintz, "Was the plantation slave a proletarian?" *Review*, 2:1, pp. 85, 89-90; R.B. Sheridan, "Mortality and the medical treatment of slaves in the British west Indies" in S.L. Engerman and E.D. Genovese, *Race and slavery in the western hemisphere*. Princeton, 1975, pp. 287-290. Para o Caribe Francês, ver G. Debien, *Les esclaves aux Antilles francaises*. Fort-de-France, 1974. Para o Brasil cf. R. Conrad, *The destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*, Berkeley, 1972, p. 32; P. Eisemberg, *The sugar industry in Pernambuco, 1840-1910*, Berkeley, 1974, pp. 151, 160-162, 227-228; R.B. Toplin, *The abolition of slavery in Brazil*. New York, 1972, p. 19.

<sup>2</sup> Dunn, *Sugar and slaves*, p. 325.

podem ser classificadas em três grupos: “o primeiro foi caracterizado por um crescimento natural, o segundo por declínio intenso, mas logo desacelerado, e o terceiro por um declínio suave porém deteriorante”.<sup>3</sup> Estas descobertas não confirmam as conclusões de Dunn, de modo que nossa questão fundamental é analisar se a política populacional, cujo objetivo foi estimular o crescimento natural ou conter o declínio das populações de escravos no século XIX, alcançou algum resultado positivo ou se, os poucos momentos de crescimento vegetativo ou de desaceleração do declínio, tiveram outros fatores como causa. Para indicar quais os fatores que podem ter fortalecido a política populacional, escolhi a Jamaica como exemplo, por ser este um caso bem e fartamente documentado por G. W. Roberts e outros.

Roberts mostra que houve redução substancial no declínio da população escrava, de 20:1.000 no século XVIII para aproximadamente 5:1.000 no período de 1817 a 1829.<sup>4</sup> Para explicar esta tendência ele analisa vários fatores. Um deles é a política populacional. Ao enfatizar o seu papel no século XIX, Roberts indica três das quatro leis escravistas que foram aprovadas em 1792, 1816 e 1826, respectivamente. A lei escravista de 1792 “visava estimular a procriação dando ao senhor de escravos isenção de impostos relacionada ao nascimento de escravos e, de forma mais direta, tornando a maternidade menos difícil para as escravas. Além disso, os próprios fazendeiros ofereciam incentivos às suas escravas”.<sup>5</sup> Roberts afirma que esta medida obteve algum resultado: “É claro que a medida reduziu até certo ponto a perda de vidas humanas, uma perda que era completamente compatível com a escravidão, desde que a importação de escravos fosse fácil e barata”. Todavia, a política populacional não foi o único fator que contribuiu para a desaceleração do declínio. Roberts indica outros fatores que reforçaram os efeitos desta política. Um era a estabilidade das uniões conjugais entre escravos: “houve outras mudanças na situação geral dos escravos que podem considerar como tendo também alguma importância na reprodução dos escravos, por terem, de alguma forma, contribuído para a estabilidade das uniões

---

<sup>3</sup> Higman, *The slave population*, pp. 62, 67-70.

<sup>4</sup> Roberts, *The population*, pp. 36-40.

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*, p. 236.

entre os escravos. Em primeiro lugar, a idéia de que o escravo pertencia à fazenda e não ao senhor tornou-se amplamente aceita”.<sup>6</sup> Desta forma, “as chances de que uma família escrava fosse dividida pela venda de um dos seus membros provavelmente se reduziram”.<sup>7</sup> Outro fator, “a correção do desequilíbrio entre os sexos”, teve um efeito semelhante já que levou a um aumento na frequência das relações sexuais.<sup>8</sup> Um terceiro fator que reforçou os efeitos da política populacional foi a “redução gradual no número de escravos africanos, resultado da interrupção do tráfico escravo, [o que] pode ter contribuído para um aumento na fertilidade”. Isto porque a aversão à procriação associada ao aborto, ocorria mais freqüentemente entre os escravos africanos do que entre escravos crioulos. A redução da proporção de escravos africanos, que apresentavam maiores taxas de mortalidade do que os crioulos, também contribuiu para a diminuição da mortalidade entre os escravos em geral.<sup>9</sup> Em resumo, uma série de fatores foi responsável pela redução da diminuição natural da população escrava na Jamaica, após o século XVIII. Estes fatores incluem: a política populacional, um declínio da proporção de escravos africanos, a estabilidade nas uniões entre os escravos e o aumento na frequência das relações sexuais.

Alguns anos após a publicação do livro de Roberts, Higman também abordou o tema do crescimento natural das populações escravas no Caribe britânico. Como Roberts, Higman afirma que a política populacional dos senhores de escravos não foi o único fator responsável pelo maior crescimento natural da população escrava após 1807. Ele afirma que o “mais importante, o pro-natalismo dos senhores de escravos, foi apenas um elemento nas mudanças do contexto econômico e demográfico deste período. Desta forma, a redução geral das horas de trabalho e a melhoria nas habitações, juntamente com a proporção crescente de crioulos e mulheres na população escrava, podem ter sido suficientes para explicar toda a mudança que ocorreu nos níveis de fecundidade”.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> Idem, Ibidem, p. 245.

<sup>7</sup> Idem, Ibidem, p. 241.

<sup>8</sup> Idem, Ibidem, p. 246.

<sup>9</sup> Idem, Ibidem, pp. 245-246.

<sup>10</sup> B. W. Higman, *Slave populations of British Caribbean, 1807-1834*, Baltimore, 1984, p. 355. Ver também Higman, “The slave populations”..

No caso do Suriname, alguns dos fatores mencionados por Roberts e Higman para a Jamaica e outras sociedades escravocratas do Caribe britânico tiveram um papel semelhante e reforçaram os efeitos da política populacional.<sup>11</sup> Porém, neste artigo, eu não tratarei dos fatores que reforçaram a política populacional do Suriname no século XIX, mas me limitarei a um dos fatores que prejudicou o esforço para reduzir o declínio natural. Assim, o objetivo deste artigo é examinar o impacto das guerras aos quilombolas na implementação da política governamental direcionada para reduzir o declínio natural da população escrava.

A seguir apresentarei uma visão geral das medidas tomadas pelo governo holandês no sentido de influenciar a expansão demográfica da população escrava no século XIX, assim como uma análise dos efeitos destas medidas. Depois serão tratados os fatores que afetaram as respostas dos fazendeiros à política governamental e, por fim, apresentarei um resumo das principais conclusões

## A política populacional no século XIX

Antes de discutir o tema desta seção, é necessário enfatizar que a escassez de escravos já era motivo de alguma preocupação entre fazendeiros nos séculos XVII e XVIII. Algumas observações demonstram isto. Em 1670, foi decidido que os fazendeiros do Suriname receberiam 500 escravos africanos por ano. Aparentemente este número era insuficiente e por isto os fazendeiros relutavam em espancar seus escravos, temendo sua fuga.<sup>12</sup> Em 1683 foi firmado um novo contrato pelo qual a Companhia das Índias Ocidentais prometia importar o número de escravos solicitado pelos fazendeiros. Em 15 de setembro de 1683, o primeiro navio, com o nome de St. Jan, chegou ao Suriname. Nos três anos seguintes, dez navios chegaram, trazendo um número total de 4.327 escravos, no

---

<sup>11</sup> Ver, E.S. Van den Boogart and P.C. Emmer, "Plantation slavery in Suriname in the last decade before Emancipation" in V. Rubin and A. Tuden (eds.), *Comparative perspectives on slavery in New World plantation societies*. New York, 1977; H.E. Lamur, "Fertility differentials on three slave plantations in Suriname", *Slavery and Abolition*, 8. 3; R. Price, *The Guiana Maroons*, Baltimore, 1976.

<sup>12</sup> *Burgemeesters Archief*; J.J. Hartsinck, *Beschryving van Guyana of de Wilde Kust in Zuid-Amerika*. Amsterdam, 1770, pp. 601, 602, 641, 646; *Plaketen van Gouvernment en Raden*, 1670, Archief van de Raad van Politie (R V P)

valor de 1.176.734 florins holandeses.<sup>13</sup> Provavelmente este contrato também não resultou num suprimento suficiente de escravos. Em 1697, Jan van Scharphuijsen, ao renunciar ao cargo de governador, enviou um relatório ao Parlamento da Holanda no qual afirmava que o déficit de escravos chegava a 20.000. Ele afirmava ainda que o número de fazendas de açúcar tinha aumentado de 80 para 150 entre 1689 e 1797 e estimava que a produção anual de açúcar, menos de 75 barris em qualquer fazenda, poderia aumentar para 300, caso os fazendeiros fossem supridos com um adicional de 20.000 escravos.<sup>14</sup> No século XVII, as fazendas eram razoavelmente pequenas. A tabela I apresenta os dados das 5 maiores fazendas em 1685:

**Tabela I**  
**Área das Fazendas**

Nome do fazendeiro	nº escravos	áreas/ha.
Jan van Scharphuijsen (governador)	d	81
Issack Mesa	53	162
Samuel Cohen Nassy	80	202
Erfgenenamen Pieter Versterre	70	405
Anton de Silva	62	162

Fonte: Hoofden Ackergelden, W. I. C., 114, A.R.A

Gradualmente as fazendas cresceram tanto em número quanto em área, o mesmo acontecendo com a necessidade de escravos. Em 1704, a Corte de Justiça enviou uma carta à Companhia das Índias Ocidentais reclamando da escassez de escravos. A Corte acusava a Companhia tanto pelo fracasso no cumprimento das suas obrigações quanto pelo aumento no preço dos escravos, afirmando que, no período de 15 anos, apenas 24 navios de escravos chegaram ao Suriname, quando haviam sido pedidos 50. O preço do escravo, fixado em 160 florins, aumentou

<sup>13</sup> *Burgemeesters Archief*, Handel, part 6, Notulen Hof van Justitie.

<sup>14</sup> *Rapport van oud-Gouverneur Jan van Scharphuijsen aan de Staaten – Generaal de Verenigde Nederlanden*, 11 May de 1679, *Burgemeesters Archief*.

para 250 florins.<sup>15</sup> Em agosto de 1713, um novo contrato foi concluído, o qual mostra que os fazendeiros preferiam escravos com idade entre 15 e 36 anos, embora as crianças entre 8 e 14 anos custavam 60%, e crianças entre 2 e 7 anos, 50% do preço de um escravo adulto.<sup>16</sup> A companhia das Índias Ocidentais firmou um novo contrato em 1730 para prover os fazendeiros com 2.500 escravos por ano. Porém, entre agosto de 1731 e agosto de 1738, o número de escravos trazidos chegou apenas a 1.850. O fracasso da Companhia no cumprimento das suas obrigações levou a repetidas disputas que tinham que ser resolvidas pelo governador. Embora a escassez de escravos já fosse causa de alguma preocupação por parte dos fazendeiros nos séculos XVII e XVIII, foi somente no fim do século XVIII que foram tomadas medidas para estimular a expansão demográfica da população escrava.

No final do século XVIII ficou cada vez mais claro que a possibilidade de traficar escravos da África chegaria ao fim, como explica Emmer: “A partir dos dados coletados, fica muito claro que o tráfico holandês de escravos entrou em forte declínio depois de 1773, sendo completamente interrompido durante a quarta guerra Anglo-holandesa, sem nunca se recuperar desta interrupção. O fim definitivo do tráfico de escravos pelos holandeses ocorreu após 1795, quando a Holanda foi ocupada pelos franceses e as possessões holandesas nas Índias Ocidentais, foram conquistadas pelos ingleses”.<sup>17</sup>

Os fazendeiros reclamaram, repetidas vezes, da crescente escassez de escravos enquanto os preços subiam, como mostra a tabela II.<sup>18</sup> Por esta razão, o governo holandês decidiu tomar medidas para aumentar a taxa de fecundidade e reduzir a mortalidade da população escrava do Suriname.

Que tipo de medidas tomou o governo holandês? E quais foram os efeitos demográficos destas medidas? Um plano de 1773, para solucio-

<sup>15</sup> Missive van Gouverneur em Raden van Politie, 1 April 1704, *Burg. Archief*, Part 25, Gemeentelijke Archiefdienst Amsterdam (GAA).

<sup>16</sup> *Minutes of the Court. Burg. Chief. Handel*, Part 6, GAA.

<sup>17</sup> P. C. Emmer, “Surinam and the decline of the Dutch slave trade”. *Revue Francaise d'Histoire d'Outremer*, 1975, p. 246.

<sup>18</sup> Para as reclamações dos fazendeiros, ver *Journal van Nepveu*, 27 July 1769, 21 June 1770, 12 January 1791, Algemeen Rijksarchief (ARA); Placaat van H.H.M., 24 November 1789, ARA; J. Wolbers, *Geschiedenis van Suriname*, Amsterdam, 1861, 1970, pp. 304, 305, 424, 443.

**Tabela II**  
Preço de escravos no Suriname

Anos	Florins do Suriname	Fontes
1683	160	Burg. Archief, parte 25
1700	250	Burg. Archief, parte 25
1705-1706	300*	Lamur, 1987
1707-1712	300*	Lamur, 1987
1759	300	Not. Arch. 10507 – fol. 2000
1761	300	Not. Arch. 10523 – fol. 792
1766	350	Not. Arch. 10556 – fol. 356
1772	400	Not. Arch. 12434
1780	400	Not. Arch. 12490 – fol. 265
1785	400	Unger, 1958 – 1960:II:72-79
1789	600	Unger, 1958 – 1960:II:72-79
1791	600**	Unger, 1958 – 1960:II:72-79
1792	500	Unger, 1958 – 1960:II:72-79

\* Apenas para as fazendas Vossenburg e Wayampibo

\*\* Provavelmente relacionado à epidemia de varíola deste ano. Não foi possível calcular o efeito da inflação sobre os preços.

nar os problemas financeiros da agricultura, propunha que fosse dado um tratamento humano ao escravo, de forma a evitar sua resistência.<sup>19</sup> Dez anos depois, em 1784, foi aprovado um regulamento agrícola com instruções sobre o fornecimento de comida, vestuário, tratamento médico e condições de trabalho para os escravos, não resultando, porém, em melhorias significativas no tratamento a eles dispensado. Em 1804, um grupo de observadores, no Suriname, notou que as escravas eram forçadas a começar a trabalhar nas lavouras logo após o nascimento dos filhos, o que foi considerado como uma das causas da alta mortalidade

<sup>19</sup> *Gedrukte Notulen Staten van Zeeland*, 21 June, 19 and 26 July 1784, *Statenstukken van De Perre-Schorer*; J.P. Van de Voort, *De West Indische plantages van 1720 tot 1795: financien en handel*, Eindhoven, 1973, pp. 164-165.



infantil, já que as mães não tinham outra escolha além de levar os bebês para o eito, com elas. O autor do relatório aconselhava os fazendeiros, em prol dos seus próprios interesses, a melhorar o tratamento dado aos escravos. Enquanto isso, a Sociedade do Suriname foi à falência em 1796, passando o Suriname a ser administrado pelo Estado holandês.

Apesar da falta de cooperação por parte dos senhores de escravos, o governo holandês levou adiante os esforços anteriores feitos pela sociedade do Suriname para reduzir a mortalidade da população escrava e aumentar sua natalidade. O fim do tráfico de escravos, em 1814, e a supervisão anglo-holandesa para funcionamento deste acordo, representaram um incentivo a estes esforços. Além disso, no início da década de 1820, havia sido observada uma diminuição significativa da população escrava. Kuhn, na época um médico no Suriname, atribuiu esta tendência à influência negativa do trabalho noturno sobre os níveis de natalidade e mortalidade entre os escravos. A atividade dos enfermeiros, chamados de *desneger*, *dresmama* ou de *chirurgijn*, também teve um efeito negativo.<sup>20</sup> Lans, ex-funcionário do Suriname, também chamava a atenção para o decréscimo da população escrava afirmando, porém, que este era causado pela escassez de mulheres escravas e não pelas condições da escravidão citadas por Kuhn.<sup>21</sup> A alimentação dos escravos também era muito pobre durante o primeiro quarto do século XIX, sendo mal balanceada e consistindo principalmente de banana-da-terra, inhame e um pouco de peixe seco.<sup>22</sup> Van der Kuyp recentemente calculou que a quantidade de comida fornecida aos escravos, em 1828, mal excedia aquela de 1770.<sup>23</sup>

Têm-se defendido freqüentemente que uma dieta pobre tem um efeito negativo na fertilidade humana. Uma deficiência de prote-

<sup>20</sup> F.A. Kuhn, *Beschouwing den toestand de Surinaamsche plantagie-slaven*. Amsterdam, 1828, pp.15-22.

<sup>21</sup> W. H. Lans, *Proeve over de oorzaken van verval em de middelen tot herstel der Surinaamsche plantaadjen*, Teh Haugel, 1829; G. S. de Veer, *Memoire van Veeraan de Gouverneur Rijk*, 24 December 1838. *Archief van Kolonien. Kol* (1814-1849) 42, 88, 14 February 1843, n° 62 Geheim. Bijlage.

<sup>22</sup> Van den Boogaart and Emmer, "Plantation slavery in Suriname", pp. 210-213.

<sup>23</sup> A. Blom and F.N. Heshuysen, *Verhandeling over de landfouw in de Colonie Suriname*. 1786, pp. 380-383; G.B. van 1784; Kuhn, pp. 6-12; Archief van de Raad van Politie (RVP) 1814; E. Van der Kuyp, "De voeding van de slaaf en de betekendis daarvan voor zijn nakomelingen", *Het Emancipatieblad*, 1985, pp. 13-15.

ína (carne ou peixe, por exemplo) tende a reduzir a idade da menopausa e a aumentar a idade da menarca, enquanto que aumenta a frequência de ciclos irregulares ou não-ovulatórios. Além disso, a probabilidade de abortos espontâneos e de natimortos é ainda maior para uma mulher inadequadamente nutrida. E nos homens, a perda da mobilidade do esperma e a interrupção de sua produção, pode ser o resultado da subnutrição.<sup>24</sup>

A pesquisa de Kuhn foi provavelmente a razão principal do pedido feito pelo governo holandês a Van den Bosch, em 1828, na época governador-geral das colônias nas Índias Ocidentais, para que apresentasse medidas visando aumentar a taxa de crescimento natural da população escrava.<sup>25</sup> Van den Bosch chegou à conclusão de que o declínio demográfico era causado pela dieta pobre, pelo trabalho pesado e pelas doenças venéreas relacionadas à poligamia. Sugeriu a expansão da influência cristã, na esperança de que assim os escravos fossem levados a adotar um estilo de vida monogâmico. Bosch afirmava que esta medida também fortaleceria os laços dos escravos com suas famílias, enfraquecendo sua tendência a abandonar as fazendas.<sup>26</sup> Por volta de 1830, apenas 20 das 500 fazendas haviam dado permissão para a educação missionária aos escravos.<sup>27</sup> Van den Bosch aconselhou ainda o governo a melhorar a alimentação e a assistência médica dada aos escravos, e a reduzir sua carga de trabalho. O plano baseado nestas propostas foi retirado devido, principalmente, à oposição feita pela classe proprietária.<sup>28</sup> Enquanto isso, as condições de vida dos escravos não haviam melhorado. De Veer, ex-alto funcionário do governo (*gouvernements-secretaris*) no Suriname, chamou atenção para a contínua diminuição da população

<sup>24</sup> R.E. Frisch, "Population, food intake and fertility", *Science*, 199, pp. 22-30.

<sup>25</sup> *Cronologisch overzicht van hetgeen is gedaan m. b.t. de behandeling der slaven in West Indie*, Archief Ministerie van Kolonien, Kol (ca. 1849) 4849, 21 August 1894, n°15; Missive van Van der Bosch aan Elout, 31 March 1829.

<sup>26</sup> Sobre o número de fugitivos no começo do século XIX, ver J.P. Siwversad, *De Nederlandse regering en de afschaffing van de Suriname slavernij*, Groningen, 1979, pp. 197; A. Von Sack, *Reise nach Surinamen*, 3(vols.) Haarlem, 1821, pp. 106-107; Wolbers, *Geschiedenis van Suriname*, p. 538; cf. Missive van Schimpf aan Meijer, 14 February 1857.

<sup>27</sup> G.P.C. van Breugel, *Aansporing ter bevordering van het godsdienstonderwijs der slaven en kleurlingen de plantages*, Haarlem, 1834.

<sup>28</sup> Siwversad, *De Nederlandse regering*, pp. 81-82; Wolbers, *Geschiedenis van Suriname*, pp. 642-643.

escrava entre 1822 e 1837. Da mesma forma que Kuhn e Van den Bosch dez anos antes, De Veer citou o trabalho noturno e a assistência médica deficiente como causas principais. Suas propostas para banir todo trabalho noturno foram igualmente rejeitadas. Somente depois de 1840 deu-se nova atenção a esta questão em função do crescente número de escravos que fugiam para a Guiana, onde a escravidão havia sido abolida em 1838. Em outubro de 1841 o Ministro das Colônias pediu que Rijk, governador-geral do Suriname entre 1839 e 1842, apresentasse propostas para expandir a influência do cristianismo entre os escravos, estimular casamentos legais, aumentar a fertilidade e reduzir a mortalidade. Mas, apesar da impressionante diminuição da população escrava entre 1833 e 1841, o Ministro Baud não conseguiu persuadir os proprietários de fazendas e seus representantes no Suriname e na Holanda a aceitar mudanças. A resistência destes baseava-se no medo de que um tratamento menos duro levasse os escravos a tornarem-se desobedientes. Eles temiam um declínio na produção, se o tratamento dado aos escravos se tornasse menos cruel. Novamente o governo hesitou, decidindo, finalmente, pelo adiamento da revisão do obsoleto regulamento agrícola de 1748.<sup>29</sup>

Desde a publicação do relatório de Kuhn, em 1828, a alimentação da população escrava não havia apresentado melhoras. Em 1847, Mulder pesquisou o conteúdo nutricional da alimentação dos escravos, a pedido do governo holandês, e observou uma deficiência de proteína animal, gordura e carne, que indicou como a causa da alta mortalidade infantil.<sup>30</sup> Um ano depois estes resultados foram publicados e Rijk, então Ministro das Colônias, novamente levantou a questão do tratamento dado aos escravos. Sua súbita decisão foi provavelmente provocada pelas rebeliões de escravos em Guadalupe e Martinica, pouco antes da abolição da escravatura no Caribe francês. Temendo repercussões, os proprietários agrícolas do Suriname, finalmente, aceitaram as propostas de 1842, feitas pelo Ministro, e aqueles que moravam na Holanda instruíram seus administradores no Suriname para que pusessem em prática os novos regulamentos.<sup>31</sup> Pos-

<sup>29</sup> Missive van Elias aan Baud aan Van Raders, *Verzameling van Stukken aangaande de Surinamés aangelegenheden*, The Hague, 1845, pp. 90-94, 100-102, 104-110.

<sup>30</sup> G.J. Mulder, *De vording van den neger in Suriname*, Rotterdam, 1874, p. 35.

<sup>31</sup> Rijk aan Van Raders, 18 July 1848, *Kol* (181401849) 4344; Swipersad, *De Nederlandse regering*, pp. 157, 158, 160, 205.

teriormente estes regulamentos se transformaram na lei escravista de 1851, que exigia, entre outras coisas, que as mulheres grávidas cumprissem apenas a metade da carga de trabalho após o quinto mês de gravidez, e que fossem dispensadas completamente do trabalho, a partir do sétimo mês. A lei escravista de 1851 também estabelecia que o período de dispensa fosse prolongado por 40 dias, caso o bebê nascesse morto, e três meses, caso nascesse vivo. Durante os 9 a 12 meses seguintes a mãe do bebê deveria ser dispensada de trabalhos pesados. Mesmo estabelecendo padrões legais de alimentação abaixo das normas holandesas,<sup>32</sup> a lei de 1851 tornou possível um tratamento menos duro aos escravos. Mas estas medidas não obtiveram os efeitos desejados porque foi rejeitada a proposta de Elias, de se nomear um funcionário para supervisionar a implementação do regulamento. Além disso a lei escravista foi modificada cinco anos mais tarde, em detrimento dos escravos, após pressões feitas sobre o governo pelo Parlamento e por comerciantes holandeses. A decisão, tomada em 1856, de rever a lei escravista de 1851, ao aumentar a multa para os casos de infração, prova que os proprietários não estavam dispostos a executar a política populacional do governo.<sup>33</sup>

Assim, fica claro que o governo holandês, entre 1770 e 1860, adotou medidas para estimular o crescimento natural da população escrava visando garantir uma oferta constante de braços como forma de manter o sistema de plantações, política que, entretanto, não obteve êxito. As medidas não resultaram em aumento real de fertilidade, nem diminuíram a taxa de mortalidade no século XIX. Entre 1820 e 1860, a taxa de mortalidade das populações escravas nas plantações de cana-de-açúcar oscilou em torno do alto índice de 35:1.000, enquanto que a taxa de natalidade chegou a apresentar uma leve queda de 30 para 28,7:1.000, resultando numa pequena redução da taxa de declínio natural. As populações escravas das fazendas de café também não apresentaram diminuição na mortalidade durante a primeira metade do século XIX, porém, a taxa de fertilidade apresentou um ligeiro aumento, resultando em um maior número de nascimentos do que de óbitos em alguns destes anos. Mas, pertencendo a maioria da população do Suriname às propriedades açucareiras, a população escrava do

---

<sup>32</sup> Van der Kuyp, “De voeding van de slaaf”, pp. 13-15.

<sup>33</sup> Gouvernementsblad (GB) 1851, artigo 17; GB 1856.

Suriname, como um todo, não apresentou um crescimento natural no século XIX, de modo que os efeitos das medidas adotadas pelo governo holandês foram frustrantes. Certamente houve também outros fatores, além da política populacional, que devem ter influenciado a natalidade e a mortalidade da população escrava, mas, como já indicado, me limitarei neste artigo à seguinte questão: de que forma as despesas com as guerras dos quilombolas influenciaram a política descrita acima?

## Os custos crescentes das plantações

Os custos aumentaram em razão da competição dos novos produtores de açúcar por mercados, da redução da fertilidade dos solos e da guerra contra os quilombolas. Mesmo tendo estes três fatores influenciado a disposição ou a capacidade dos fazendeiros de aceitar a política populacional para os escravos formulada pelo governo, somente o último fator será discutido neste artigo, já que muito pouco se sabe sobre sua influência nesta política populacional.

Examinando antes as conseqüências financeiras da guerra contra os quilombolas, apresentarei primeiro uma abordagem curta e superficial sobre as guerras. Como na maioria das outras sociedades escravocratas, os quilombos surgiram no Suriname logo depois do início da importação de escravos da África. Os escravos fugitivos se estabeleceram no interior e atacaram as plantações, tanto para libertar outros escravos, quanto à procura de armas, ou como um ato de vingança contra os fazendeiros. Em menos de um século, surgiram seis tribos quilombolas de destaque: Aukaner (20.000), Saramacca (25.000), Matawai (2.500), Kwintie, Paramacca (2.000), Bonni (1.500).<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Os próximos parágrafos são baseados em: M.F. Abbenhuis, *Volksplanting*, Paramaribi, 1943:141; C. de Beet, *De eersete Boni oorlog*, Utrecht, 1984; R. Buve, *Gouverneur Johannis Heinsius*, N.W.I.G. 45:14-26, 1966; S. de Groot, *Van isolatie naar integratie*, Den Haag, 1963; J.J. Hartsinck, *Beschrijving van Suriname of de Wilde Kust in Zuid Amerika*, Amsterdam, 1770: 149, 755, 756, 780; W. Hoogbergen, *De Boni-oorlogen, 1757-1860*, Utrecht, 1985: 136, 142, 158, 163, 339, 352; Missive van Societeit, 6 de jan. and 1º dec. 1790 (ARA); N. Muller, *Tien jaar Surinaamse guerilla em Slavenopstanden*, Tijdschrift voor Geschiedenis, 1975: 86-101; RVP 62 (ARA); Archief van Societeit van Suriname (SAS) 163, 164 (ARA).

## 1685 - Kondi

Já na primeira metade do século XVII um grupo de escravos abandonou as plantações e se estabeleceu na região do Pará (ver mapa 1) não muito longe da Joden Savanna (Savana Judia), onde tinham sido estabelecidas as primeiras plantações de cana de açúcar por fazendeiros judeus que tinham migrado para Pernambuco no século XVI, depois que Portugal tinha conquistado o Brasil. Sob o comando de Jermes, um escravo Cormantin, de Gana, o grupo quilombola chamado Kondi atacou as plantações de açúcar na região do Pará. Em 1679, o governador Heinsius encarregou o fazendeiro Samuel Nassy da tarefa de combater os escravos fugitivos. Neste momento o número de escravos fugitivos chegava a 700. O esforço de Nassy não obteve sucesso, o que fez com que o governador Van Sommelsdijk, sucessor de Heinsius, comesse as negociações de paz, cujo resultado foi obtido em 1685, somente um ano depois do tratado de paz com os indígenas, incluindo os Carib, Arawak e Warrau. Depois do tratado de paz, os Kondi chegavam aos 300, mudaram para o oeste do rio Coppename (ver mapa 1) e se estabeleceram em vilarejos onde se misturavam com índios Carib, seus vizinhos que viviam ali. Os descendentes dos casamentos entre os quilombolas e os Carib, chamados *carboegers* adotaram a língua e cultura dos Caribes e ainda vivem ao longo do rio Coppename.

## 1760 - Aukaner

Este foi outro grupo de escravos fugitivos que continuou a atacar as plantações, particularmente na primeira metade do século XVIII, quando a produção de açúcar teve grande expansão, o que conduziu à severa exploração e cruel tratamento da população escrava. Este grupo, chamado Aukaner ou Djuka, estava instalado no Djucakreek, um afluente do rio Marowijne, na parte leste do Suriname (ver mapa 1). Entre 1757 e 1758 eles lançaram muitos ataques a plantações na área litorânea, permitindo que muitos escravos fugissem. Dois anos depois, em novembro de 1759, o governo colonial tomou a iniciativa de iniciar a paz, negociando com eles através do seu chefe supremo, Arabi. Em 10 de outubro de 1760, o tratado foi firmado perto do povoado Auka, localizado junto

ao rio Suriname, ao sul da Jewish Savanna. O chamado “Tratado de Paz com os Negros da Mata atrás de Auka” possuía 9 artigos, dos quais resumi o conteúdo mais pertinente. O primeiro declarava que os Aukaner seriam pessoas livres, com a condição de que todas as hostilidades parassem; o item 3 exigia que entregassem todos os escravos fugitivos, tanto homens quanto mulheres que fugissem para a área tribal dos Aukaner, em troca de recompensa (dinheiro), e a nona cláusula exigia que o líder entregasse algumas pessoas de Saramacca para o governo colonial, para serem consideradas como reféns, para assegurar que o tratado fosse cumprido. Pelos Aukaner, o tratado foi assinado pelo chefe supremo da tribo Arabi e 15 de seus chefes. Em nome do governo colonial o documento foi assinado por três oficiais.

Os Aukaner fracassaram muitas vezes, como outros grupos quilombolas o fizeram depois, em cumprir o requisito da entrega ao governo colonial dos escravos que fugissem para a sua área tribal e, pelo contrário, garantiam extra-oficialmente os pedidos de asilo. No caso das mulheres fugitivas havia outra razão pela qual os Aukaner não estavam dispostos a entregá-las ao governo colonial. Precisavam das mulheres para impedir o declínio demográfico decorrente da predominância masculina nas comunidades quilombolas. Como estabelecido na cláusula 9, provavelmente os reféns eram filhos do chefe supremo. Se eles eram considerados pelo governo colonial como representantes do chefe, não está claro. Depois da conclusão do tratado, o governador nomeou um alto oficial, chamado *posthouder* (postholder) para representar o governo colonial junto aos Aukaner. Então, os Aukaner, liderados pelo chefe Gazon, atingiam o número de 20.000 habitantes, estabelecidos ao longo do rio Marowijne.

## 1762 - Saramacca

Já em 1749, o governador Mauricius tentou concluir um tratado de paz com um grupo de quilombolas que viviam entre o rios Saramacca e Suriname (ver mapa 1). O esforço não obteve sucesso. O chefe quilombola Adu, reivindicou que o governador falhou em manter suas promessas durante as negociações, retomando a guerra que durou mais de 10 anos.

Foi só em 1760 que as negociações foram retomadas. Por solicitação do governador, os Aukaner, que tinham firmado um tratado com o governo em 1759, mediarão o conflito. Em 19 de setembro de 1762, sua intervenção resultou em um tratado de paz entre quilombolas Saramaccas e o governo, o qual era, basicamente, parecido com o tratado firmado com os Aukaner. Os Saramaccas, hoje com cerca de 25.000 pessoas, são liderados pelo chefe Aboikoni.

### **1767 - Matawai**

Após o tratado com os Saramaccas, dois pequenos grupos, desta tribo com um total de cerca de 150 pessoas, chefiados por Beku e Musinga separaram-se e recomeçaram a guerra contra o governo colonial. Cinco anos depois, um tratado diferente foi firmado com eles. Os Matawai, como são agora chamados, estão instalados próximo ao rio Saramacca. É um pequeno grupo, com cerca de 2.500 pessoas, lideradas pelo chefe Lafanti.

### **1860 - Bonni**

Depois dos tratados de paz com os Aukaner, Saramacca e Matawai, os escravos continuaram a abandonar as plantações. Entretanto, a maioria deles não se uniu às tribos quilombolas que já tinham firmado tratados de paz, por medo de serem devolvidos ao governo colonial. Então, novos grupos emergiram e cresceram gradualmente, transformando-se em novas tribos, incluindo Bonni, Kwinti e Paramacca. Os Bonni, foram assim identificados depois que um de seus líderes ter sido o mais feroz entre todos os grupos quilombolas de toda a história da escravidão no Suriname. Em 1770, um grupo, com cerca de 400 a 500 ao todo, tinham se instalado na parte nordeste do Suriname, perto do rio Barbakoeba. Seus principais povoados eram Buku e Capoerica. Naquele ano os quilombolas Bonni, liderados por Bonni e Aluku, lançaram ataques a inúmeras plantações. No fim de 1771, o exército colonial tentou destruir Buku, em represália ao ataque dos Bonni, mas falhou. Os Bonni resistiram com sucesso ao ataque, empurraram o exército colonial, que foi



forçado a retirar-se de Buku. Então o governo colonial propôs perdoar os Bonni pelos seus “erros” em troca da paz, mas os Bonni recusaram-se a aceitar a oferta. Em meados de 1772, foi criado um corpo militar (Corpo de Mulatos e Negros Libertos), com 300 escravos, para auxiliar o exército colonial. Seis meses depois, em setembro de 1772, Buku foi conquistada por um combinado de forças do Corpo de Libertos e do exército colonial. Os Bonni retiraram-se para o leste do Suriname na direção do rio Marowijne, entre o Wanecreek e o oceano Atlântico. No mesmo ano, o Governo Colonial solicitou ao governo holandês nos Países Baixos, que enviassem mais soldados para defenderem a Colônia contra ataques dos Bonni. A solicitação foi atendida. No começo de 1773, o coronel suíço Fourgeoud chegou ao Suriname com um exército. Visto que o governador Nepveu não estava satisfeito com as operações militares realizadas por Fourgeoud, decidiu construir uma linha de defesa (cordão) para proteger as plantações (ver mapa 1), e contar com o Corpo de Libertos: “Soldados do Corpo capturados pelos quilombolas eram frequentemente mortos. Antes de fazerem isto, primeiro os quilombolas se dirigiam ao seus centros religiosos para pedir permissão ao seu Deus para quebrar o juramento de nunca matar negros”.<sup>35</sup>

Em 1776, os Bonni se retiraram de suas posições no Suriname e se estabeleceram na vizinha Guiana Francesa, perto do rio Sparouine, um afluente do Marowijne (ver mapa 1). Dois anos depois, Fougoud foi para a Europa. Neste momento, o número de Aukaner, Saramacca, Matawai, com os quais a paz tinha sido concluída cedo, juntos chegavam a 3000, enquanto o número dos Bonni estava entre 400 e 500.

Em 1789, os Bonni haviam retornado o Suriname e se instalado próximo ao rio Marowijne, a oeste do rio Sparouine. Desta localidade, conhecida como Aroku (ou Aluku), eles recomeçaram a guerra contra o Governo Colonial atacando duas plantações, depois de um período pacífico de doze anos. Isto conduziu à segunda guerra dos Bonni, que durou de 1789 a 1793. Depois de dois anos de lutas, os Bonni foram desalojados de Aroku, retirando-se para o sul, e instalando-se perto das quedas de Pedrosungu. Em setembro de 1792, os Bonni foram atacados pelo

---

<sup>35</sup> Idem.

exército colonial e novamente tiveram que retirar-se, indo mais para sul, para o Marouini, um afluente do rio Lawa. Enquanto isto as relações entre os Bonni e os Aukaner haviam se deteriorado. Em fevereiro de 1773, isto conduziu os Aukaner a atacar os Bonni e a matar seu famoso líder, Bonni. O restante do grupo Bonni se instalou novamente na Guiana Francesa, mas em 1815 retornou ao Suriname e se instalou ao longo do rio Lawa (ver mapa 1). Pelo fim de 1860, o governo firmou um tratado de paz com a tribo Bonni e concedeu a eles os mesmos direitos que havia concedido às tribos que já tinham firmado tratados de paz. Hoje a tribo Bonni tem 2.000 pessoas espalhadas por dois países. Cerca de 500 vivem no Suriname (2 povoados). Um grupo de 1.500 pessoas está na Guiana Francesa liderado por dois chefes chamados gaaman Doedoe, em Papaiston/Courmotibo, e gaanan Adorsini instalado em Maripasoela conforme informação que me foi dada, em maio de 1997, do pelo antropólogo holandês, especializado nos Aukaner, Thomas Polime.

### **Consequências Econômicas da Guerra contra os Quilombolas**

O aumento dos custos das fazendas deveu-se em parte às dispendiosas campanhas militares, chamadas de *bospatroiulles*.<sup>36</sup> Com o objetivo de assegurar verbas para as expedições militares, foi criado, em 03 de julho de 1750, um fundo especial sob o nome de *Cassa tegen de Weglopers* (Fundo Contra os Quilombolas). Também foi decidido, de acordo com artigo 3º da Convenção de 1759, que os fazendeiros deveriam dar uma contribuição anual de 205.000 florins holandeses ao Fundo. A partir de 1773, os gastos do Fundo aumentaram rapidamente devido à luta contra os quilombolas, cujos ataques às fazendas tornaram-se severos no final da década de 1760.<sup>37</sup> Os fatos descritos a seguir dão uma dimensão dos problemas enfrentados pelo governo do Suriname na década de 1770, para garantir verbas para financiar as expedições militares. Quando se

<sup>36</sup> Quanto ao aumento das despesas, ver *Projetct van inschrijving in een Gernerel Fonds van Belegging op planteges een de Colonie Suriname*, Burg. Archief GAA, 1979. Para a história das guerras quilombolas ver S. W. Degroot, "The Boni Maroon War 1765-1793, Surinam and French Guiana", *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, vol. 18, 1975.

<sup>37</sup> *Missive van Gouverneur*, 20 February 1775, Plan van negotiatie, Burg. Archief.

tornou óbvio que o Exército Colonial, no Suriname, de 1.200 soldados holandeses era incapaz de derrotar os quilombolas, o governo pediu, em 1770, que o governo holandês enviasse um destacamento de 300 soldados para ajudar o Exército Colonial, além de propor a criação de uma “Companhia de Mulatos e Negros Livres”, integrada por pessoas de cor, já livres. Os dois pedidos foram atendidos por meio da resolução de 5 de outubro de 1772, com a condição de que somente um quarto dos custos fosse pago pela Sociedade do Suriname.<sup>38</sup> Com a continuidade da guerra contra os quilombolas, o governo começou a perceber que o Exército Colonial, mesmo auxiliado pelo destacamento de soldados da Holanda e pela “Companhia de Mulatos e Negros Livres”, era incapaz de derrotar os escravos fugidos sem a ajuda da população escrava. Desta forma, decidiu-se criar outro destacamento de negros e mulatos. O “Corpo de Mulatos e Negros Libertos” foi criado em 9 de julho de 1772, sendo formado por 300 escravos comprados dos fazendeiros pelo preço de 382.135 florins. Todos estes acréscimos à força militar no Suriname representaram um aumento substancial nos gastos do “Fundo para a guerra contra os quilombolas”. Além disso, em 1772, os fazendeiros não puderam saldar os débitos com o Fundo, devido ao “estado desolador dos negócios”(‘*Desolate toestand hunner zaaken*’).<sup>39</sup> Em parte por causa desta situação, a receita do Fundo foi insuficiente para cobrir os altos gastos em defesa, de modo que o governador recorreu novamente ao governo e ao Parlamento da Holanda, solicitando-lhes ajuda financeira, em 2 de fevereiro e em 8 de junho de 1773, dando a seguinte explicação sobre a natureza dos gastos para fundamentar o pedido de ajuda:

(...) não menor parte daquelas despesas se refere ao pagamento, conforme combinado, de 300 dos mais bem qualificados escravos coloniais que, uma vez libertos, formarão um corpo para lutar contra os fugidos; além do recrutamento e transporte de 300 soldados, que se somam aos 1.200 já servindo na colônia. Espera-se que a Sociedade do Suriname pague um quarto deste gasto adicional, conforme o arranjo anterior. A manutenção

<sup>38</sup> Missive van de Societeit aan de Gouverneur, 6 August 1772; Resolutie van de Societeit, 6 August 1770, 17 March 1770.

<sup>39</sup> Resolutie van de Societeit, 5 May 1773; Resolutie van de Gouverneur, 5 August 1773.

destes soldados é da responsabilidade de 5 ou 600 fazendeiros locais, que arcarão, além disto, com os custos variáveis de manutenção e transporte em conexão com os diversos postos, tão necessários para a proteção das fazendas; para não citar o esforço extenuante feito em anos recentes para recrutar, abastecer e enviar várias expedições ao interior, que incluem muitos escravos tirados dos colonos; tratar dos doentes etc....

A carta, enviada ao Parlamento em 8 de junho de 1773, ressaltava ainda a necessidade de ajuda, afirmando:

(...) que estas expedições contra os fugidos, que já duram mais de um ano e meio consecutivos, exceto o que foi fornecido aos quilombolas apaziguados, para evitar o rompimento da paz, não somente custou muito dinheiro ao governo e causou a falência do governo, mas além disso fez com que o governo se endividasse. A contribuição ao Fundo dos Quilombolas, embora já levantada, ainda não é suficiente. O pagamento pelos 300 escravos que foram emancipados para formar um corpo chega já a quatrocentos mil florins e ainda não foi efetuado, o pagamento pelo aluguel de escravos usados pelo governo como carregadores nas expedições foi adiado por um ano. Além disso, a transferência de escravos das fazendas prejudica o funcionamento das fazendas. E tudo isso é não obstante insuficiente para saldar os débitos contraídos para financiar as necessidades diárias.<sup>40</sup>

Também este pedido foi concedido, envolvendo um empréstimo de 700.000 florins.<sup>41</sup> Entretanto, tornou-se claro que a ajuda financeira recebida do governo holandês para os gastos em defesa não haviam atingido os resultados almejados, razão pela qual o governo holandês decidiu, já em 2 de novembro de 1772, mandar para o Suriname uma força expedicionária de 800 soldados, sob o comando do coronel suíço Fourgeoud. Este empreendimento, que foi planejado para durar de janeiro de 1773 até a metade de 1775, custou 500.000 florins. Porém, depois de um ano,

---

<sup>40</sup> Gouverneur em raden aan de Heeren Staaten van Holland em Freisland, 8 June 1773.

<sup>41</sup> Missive van Gouverneur, 8 de June 1773, 18 February 1773; cf. Missive van Gouverneur aan Societeit, 24 May 1774 and 12 January 1775; Missive van Societeit aan Gouverneur, 18 March 1774; resolutie van Societeit aan Gouverneur, 11 August 1774.

ficou claro que a operação não teria êxito. Muitos soldados morreram ou ficaram fisicamente esgotados, levando Fourgeoud a pedir reforços à Sociedade do Suriname. Ele perguntou “se não seria razoável chamar os soldados de volta para evitar que eles fossem completamente sacrificados”, observando ainda “que os rebeldes receberam cobertura dos negros de Auca, com quem a paz já havia sido feita, algo que não podemos evitar: esta Colônia não pode mais proteger a si mesma, e seus habitantes, que são cidadãos deste país, esperam que este venha em seu auxílio, enviando um número suficiente de soldados”.<sup>42</sup> Também este pedido de reforço foi concedido, embora os custos, somente com o transporte de soldados, tenha excedido 100.000 florins.

A quantia de 700.000 florins, emprestada por Amsterdã, foi usada para saldar as dívidas do “Fundo Contra os Quilombolas”, que chegavam a 4.272.789 florins em 1º de janeiro de 1776 e aumentaram rapidamente depois desta data. O dinheiro restante foi usado para intensificar a luta contra os quilombolas. Somente os gastos com a defesa, durante a permanência de Fourgeoud no Suriname, subiram de 400.000 para 500.000 florins por ano, e como a receita do Fundo chegava somente a 205.000 florins (emprestados por Amsterdã, mais as contribuições dos fazendeiros), seu déficit aumentou consideravelmente. Para o período de 1773-1777, o rápido aumento dos gastos foi causado principalmente pelos custos de manutenção da milícia e do Corpo de Mulatos e Negros Libertos, assim como pelo aluguel de negros que trabalhavam como carregadores. Mais uma vez o Governador dirigiu-se à Sociedade do Suriname com o pedido de ajuda econômica que, desta vez, se destinava às despesas com o aluguel de embarcações e de escravos durante a permanência de Fourgeoud no Suriname, “levando em conta que os gastos a que se refere resultaram das expedições realizadas pelo exército do Estado, e lembrando que os colonos e os fazendeiros não podem arcar com mais custos”.<sup>43</sup> O pedido foi concedido, mas somente depois de

---

<sup>42</sup> Resolutie van de Hoog M. Heeren Sataten General der Verenigde Nederlanden, 5 October 1774; Missive van Societeit aan Gouverneur, 5 October 1774 and 15 May 1776; Atukken concernende het renfort Troupes aan Societeit, 7 March 1776; Missive van Societeit aan Gouverneur, 13 May 1776.

<sup>43</sup> Missive van de Societeit, 2 July 1777 and 31 July 1777; Missive van Gouverneur aan Societeit, 22 August 1775.

uma longa hesitação, pois a Sociedade responsabilizava os fazendeiros pela longa duração da guerra: “não sendo a guerra causada por condições acidentais ou extraordinárias, mas resultava da escravidão e do tratamento dado aos escravos o que, por sua vez, causou deserções e a continuidade da guerra”.<sup>44</sup> Em agosto de 1777, Fourgeoud deixou o Suriname com os 200 soldados sobreviventes de um total de 1.500 enviados ao Suriname, enquanto as hostilidades continuavam na Colônia.

Na busca por novos e adicionais recursos para continuar a guerra contra os quilombolas após a partida de Fourgeoud para a Holanda, fez-se um exame completo da receita na década de 1770. O exame mostrou que o gasto médio anual naqueles dez anos foi de 600.000 florins, enquanto que a receita chegou apenas a 526.225 florins. Para compensar este déficit de quase 100.000 florins, o Governador introduziu ou aumentou a cobrança de impostos especiais. Embora estas medidas tivessem algum efeito positivo, não compensaram completamente os prejuízos contínuos, sendo uma das razões a decisão tomada pelo Governador Nepveu, em 15 de março de 1775, de começar, em 1776, a construção de um cordão para proteger as fazendas (ver mapa 1). Somente para o ano de 1783, o custo desta “linha de defesa” foi de 140.000 florins, representando 28% dos custos totais do Fundo naquele ano.<sup>45</sup>

Quais foram as conseqüências econômicas da longa Guerra dos Quilombolas para cada fazendeiro? Conforme mencionado anteriormente, os crescentes gastos com a defesa resultaram em um rápido aumento dos custos de funcionamento das fazendas. Em 1776, o Governador chamou atenção para este ônus crescente ao afirmar: “Embora o surgimento e a continuação da tirania dos rebeldes se deva a várias condições, o fator principal é a crescente incapacidade da Colônia de arrecadar os meios financeiros necessários para terminar com êxito esta guerra dispendiosa”.<sup>46</sup> Dois anos depois, em 13 de fevereiro de 1778, o governador enviou uma carta à Sociedade na qual afirmava “que os gastos do governo ultrapassaram sua receita. Nós lastimamos esta situação exata-

---

<sup>44</sup> Missive van Societeit aan Gouverneur, 4 November, 1778.

<sup>45</sup> Resolutie van de Societeit, 24 July 1775, 2 August 1775; Missive van de Societeit, 26 August 1784.

<sup>46</sup> Resolutie van Gouverneur, 8 february 1776.

mente por ter sido ela causada pela guerra perniciosa que nos prejudica. Assim, este é o inevitável resultado da guerra que sabedoria alguma poderia ter evitado”.<sup>47</sup>

Em 3 de julho de 1750, quando foi criado o Fundo contra os Quilombolas, os impostos pagos pelos fazendeiros eram formados pelos seguintes itens: imposto por cabeça, de 25 centavos; imposto sobre propriedade de casas a 6%; imposto sobre a renda percebida por comerciantes a 0,5% e imposto sobre renda de funcionários públicos e profissionais liberais a 20%.<sup>48</sup> Trinta anos mais tarde, em 1779, o imposto pago pelos fazendeiros já havia aumentado para 6% da sua receita, conforme mostrado em uma carta de Coetse e Gootenaar, de 2 de junho de 1779, dirigida ao Fundo de Negociação (*Fonds van Negotiatie*), criado para garantir auxílio econômico aos fazendeiros. Em adição ao sempre crescente ônus econômico sobre os fazendeiros, um imposto adicional por cabeça (*hoofgeld*) foi cobrado em várias ocasiões para a manutenção do “Corpo de Mulatos e Negros Libertos”. Por exemplo, em 1788, o imposto adicional chegou a um florim por pessoa, livre ou escrava. A fazenda Vossenburg uma que dispõe de dados detalhados sobre este tema. Os documentos desta fazenda de cana-de-açúcar oferecem um retrato do ônus econômico que a Guerra dos Quilombolas impôs sobre seu proprietário. Em 1822, os impostos pagos por esta propriedade ao Fundo representaram 6% da receita da fazenda, um imposto de 6 florins por escravo (ambos acrescidos de 10%) e de um imposto do selo. Além disso, foi exigido um imposto per capita (*hoofdgeld*) de 2,5 florins por adulto e 1,25 florins por criança de 3 a 12 anos, e ambos foram aumentados em 10%. Não tenho certeza absoluta de que este último imposto individual tenha sido sempre utilizado para financiar a guerra contra o quilombolas. Os impostos pagos pela fazenda Vossenburg ao Fundo contra os Quilombolas representaram 1,6% dos gastos em 1760, subindo para 14,5% em 1799. Os gastos sempre crescentes em defesa tornavam cada vez mais difícil o cumprimento das obrigações pelos fazendeiros. Em 1773 eles chegaram a pedir que o pagamento fosse adiado, enquanto a lista, elaborada em 1825, das pessoas que não conseguiram

<sup>47</sup> R.V.P., 296.

<sup>48</sup> Notificatie van Gouverneur em Raden, Archief van de Societeit van Suriname (SAS) 402 deel 5: pp52-58, 111, 198, 254; Plakaten van Gouverneur en Raden 403, deel 6: 107-406; zie ook 406, n° 934, 1186; 224, n° 254.

entregar suas declarações (*Naamlijst van personendie in 1825 geen opaven verstrekten*) sugere que estes casos não eram raros.<sup>49</sup> Em resumo, os custos cada vez maiores das fazendas, em parte uma consequência dos elevados gastos em defesa contra os quilombolas, explica porque os fazendeiros não tinham disposição nem capacidade para gastar parte de sua receita executando a política populacional formulada pelo governo holandês para estimular o crescimento vegetativo dos escravos das fazendas.

As contínuas guerras dos quilombolas não apenas resultaram no aumento dos custos como também levaram à retirada de escravos das fazendas. Examinarei agora de que forma este fator influenciou as decisões dos fazendeiros no que diz respeito à política populacional.

Conforme mencionado acima, foi criado, em 9 de julho de 1772, um “Corpo de Mulatos e Negros Libertos”, formado por 300 escravos comprados dos fazendeiros. O corpo foi criado apenas um mês após o pedido de ajuda econômica feita pelo governador à Sociedade do Suriname. O interesse do pedido reside no fato de que ele mostra de forma clara como o governador defendeu a retirada dos mais bem qualificados escravos do sistema de plantation. O Governador também enviou, como anexo à carta, as minutas das reuniões da governadoria (*Raad van Politie em Criminale Justitie*) no período de 1 a 7 de junho de 1772: “isto deixará clara a situação perigosa na qual a Colônia se encontra no que diz respeito às atividades de fugitivos e escravos, que consequência deve-se esperar e o que poderia ser feito nestas fatais circunstâncias a fim de interrompê-las e salvar esta amada Colônia. A saber, selecionar os escravos mais bem qualificados e emancipá-los com a condição de que lutem contra a turba, com a benção de Deus”.<sup>50</sup> Os direitos e deveres dos integrantes do Corpo foram detalhadas em um regulamento (*Reglement off Instruktie wear na het Corps Vrij te maekende slaveven sig sullen moeten gedraegen en onder welke conditien hun de vrijheijt sal worden geschonken*), contendo 14 artigos. Destaco os principais: art. 2: “Os escravos em questão serão emancipados”; art. 9: “Aqueles que têm uma família na fazenda à qual pertenciam (...), [terão o direito à

<sup>49</sup> Resolutie van de Societeit, 5 May 1773. Cf. Com SAS, 403, deel 6; 406 n° 14; RVP 220, n°934; 224, n° 254.

<sup>50</sup> Missive van Gouverneur em Raden aan Societeit, 9 June 1772.



visita], com permissão do proprietário da fazenda”; art. 10: “a todos eles um terreno de proporções razoáveis será emprestado”(ver mapa 2 ).

Logo ficou claro que os fazendeiros não estavam dispostos a permitir que os integrantes do Corpo entrassem nas fazendas para visitar seus parentes. Em resposta, os integrantes então ameaçavam quebrar o contrato e voltar à condição de escravos de modo que lhes fosse permitido viver com suas famílias. O governo ficou preocupado com este tipo de conflito devido à importância vital do Corpo na manutenção da posição dominante dos brancos. O governador declarou que o Corpo já havia provado ser bem sucedido, ao combater um grupo de sessenta quilombolas na parte superior do rio Cottica, exigindo, por esta razão, o consentimento dos fazendeiros a estas visitas dos integrantes do Corpo, alegando que:

(...) a emancipação de alguns escravos resultou, com a benção de Deus, na conquista de um acampamento-base dos perigosos quilombolas do alto do rio Cottica, que já tinham causado danos aos fazendeiros e ainda os expõem à total ruína (...) Como alguns fazendeiros estão se recusando a permitir a entrada dos supracitados integrantes do Corpo nas fazendas para que estes visitem suas famílias, eles se voltaram contra a emancipação e manifestaram o desejo de permanecer como escravos, em vez de serem afastados de suas famílias (...) E dada a sua importância vital para a proteção desta Colônia e de seus habitantes (...), nós ordenamos que os senhores permitam a entrada dos integrantes do Corpo (...)

Aparentemente, alguns fazendeiros aceitaram apenas de forma gradual a decisão do governo de permitir a entrada de integrantes do corpo nas fazendas, pois cinco anos mais tarde, o governo repetiu a advertência.<sup>51</sup>

A Sociedade do Suriname também começou a perceber que o governo colonial dependia do “Corpo de Mulatos e Negros Libertos” para manter a economia escravista agrícola e por isto hesitou em conceder o pedido, feito pelo governador, de enviar reforços militares para substi-

---

<sup>51</sup> Notificatie van Gouverneur em Raden, 11 November 1772; Notificatie van Gouverneur, 4 October 1783.



Mapa 1 *Suriname com Cordão Protetor, 1776.*  
*Retirada de escravos da economia de plantation*

tuir os soldados holandeses de Fourgeoud, mortos ou exauridos na guerra. A Sociedade afirmou que os soldados europeus eram incapazes de derrotar os quilombolas e sugeriu a ampliação do Corpo. Por razões que permanecem obscuras, a Sociedade contudo concedeu o pedido ao governador e enviou um segundo destacamento de soldados holandeses para o Suriname.<sup>52</sup>

Uma outra prova de que o governo colonial dependia do Corpo, eram as recompensas que o governador se dispunha a oferecer aos seus integrantes em troca de participação na guerra dos quilombolas (“que assim tornaram-se tão importantes para a proteção de nossas posses contra as incursões dos inimigos”). Conseqüentemente, em 1780, o Corpo obteve o direito de propriedade sobre os terrenos que haviam sido emprestados ao seus membros, pelo regulamento de 1772. A declaração oficial afirmava: “levando em conta os importantes serviços já prestados à Colônia pelo Corpo de Mulatos e Negros Libertos, decidimos dar-lhes a propriedade das terras próximas a Paramaribo, sob as seguintes condições”. Os proprietários podiam ceder os direitos de propriedade (*het recht om de’erven bij testament off acte van uijterste wille te moogen disponeeren’ aan anderen*) e o herdeiro adquiria amplos direitos com a condição de que fosse livre e pagasse seus impostos. Se estas condições não fossem satisfeitas, o governo voltaria a ser o dono da terra.<sup>53</sup> Contudo não era permitido ao dono “vender ou alienar o terreno, hipotecá-lo ou ainda doá-lo”. Fica provado assim que a criação do “Corpo de Mulatos e Negros Libertos” foi uma consequência inevitável das tentativas feitas pelo governo para manter a economia escravista, de plantation.

Porém, só era possível manter este Corpo retirando os melhores escravos da economia de plantation, e neste ponto o governo encontrava forte oposição dos fazendeiros, como será demonstrado a seguir. Entre 8 de junho e 9 de julho de 1772, foram comprados 116 escravos dos fazendeiros, e depois mais 8, enquanto 190 foram recrutados em 26 de agosto do mesmo ano. Embora os fazendeiros soubessem que não tinham outra opção senão a de manter este Corpo, eles raramente forneciam, esponta-

---

<sup>52</sup> Stukken concernerende het renfort Troupes, Burg. Archief.

<sup>53</sup> Notificatie van Gouverneur em Raden, 23 August 1780.

neamente, o número de escravos solicitado. Por esta razão, o governo, em mais de uma ocasião, teve que forçá-los a fornecer escravos em um esquema rotativo de modo a substituir aqueles mortos durante a guerra ou que não queriam mais lutar contra os quilombolas.<sup>54</sup> Em 1784, o governador sugeriu uma grande ampliação do Corpo, admitindo, ao mesmo tempo, que “por um lado não se pode duvidar que este aumento de força é vantajoso para a proteção desta Colônia, embora, por outro, não seja menos duvidoso que nem os fazendeiros nem os outros habitantes desta Colônia, sejam capazes de arcar com os custos desta ampliação”.<sup>55</sup>

Este plano provavelmente não foi executado de imediato já que, quase dois anos mais tarde, em 11 de janeiro de 1787, o governador enviou uma carta à Sociedade do Suriname na qual enfatizava a necessidade de se recrutar escravos:

(...) o passar do tempo, a fadiga constante, as marchas e encontros contínuos com os quilombolas debilitaram o Corpo durante catorze anos (...) [O corpo] era formado por 300 integrantes, quando estes passaram a servir ao governo. A este número foram acrescentados dezenove novos recrutas e vinte e três pessoas livres (...) Este aumento eleva o número real para cento e setenta e um membros, dos quais oito encontram-se incapazes de servir e outros sessenta e cinco conseguem apenas manter guarda, devido à fadiga e às debilidades que sofreram. Assim, restam apenas cem integrantes para as expedições e para ocupar os seguintes onze postos.<sup>56</sup>

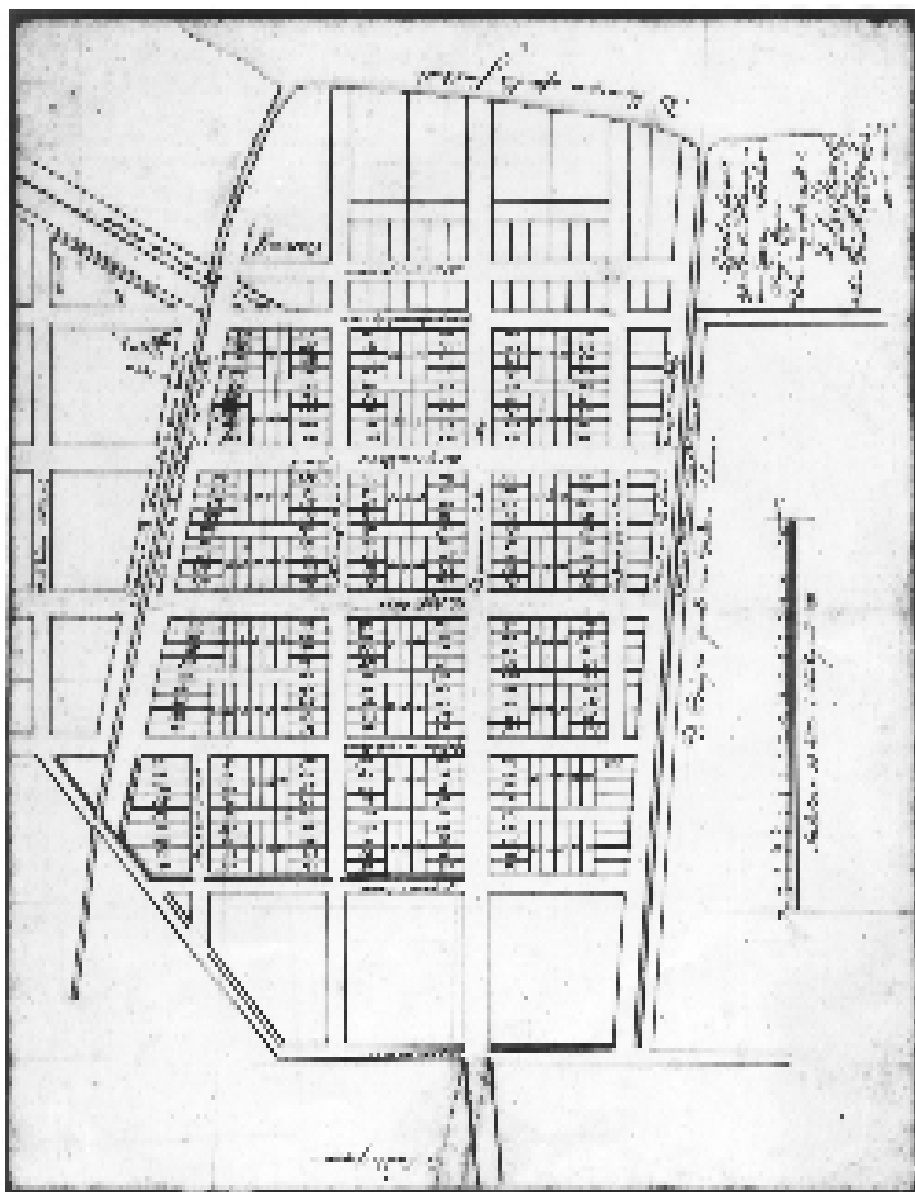
Em 28 de novembro de 1787, a Sociedade do Suriname enviou a seguinte resposta à nota acima: “Concordamos plenamente com Vossa Excelência de que a segurança da Colônia pede um rápido e substancial aumento do “Corpo de Negros Libertos”. Mas estamos plenamente conscientes do fato de que a compra das terras juntamente com os escravos que a elas pertencem comprometeria a manutenção destas fazendas e acarretaria novos custos e ônus”. A Sociedade fez então quatro propos-

---

<sup>54</sup> Resoluties van Gouverneur em Raden 1772; Resoluties van Gouverneur em Raden, 9 August 1773, 13 February 1777.

<sup>55</sup> Missive van Gouverneur em Raden, 26 August 1784.

<sup>56</sup> Missive van Gouverneur em Raden, 11 January 1787.



Mapa 2 *Terrenos emprestados aos membros dos corpos de Mulatos e Negros Libertos (Corps vrije Mulatten en Negers), 1772*

tas para que se garantissem os recursos para a ampliação do Corpo – um aumento no imposto per capita, imposto sobre escravos libertos, taxaço sobre propriedade herdada e um aumento no imposto do selo.

Enquanto isso, um grupo de quilombolas, sob o comando do chefe Bonni, atacava as fazendas Hagenbosch e Clarenbeek, em 1789. Esta súbita deflagração de hostilidades após um período de paz, possivelmente levou a Sociedade a mudar de opinião. No mesmo ano, o plano do governador para o recrutamento de escravos para o Corpo, foi aprovado: “Recebemos a mensagem de Vossa Excelência enviada em agosto do último ano, onde Vossa Excelência emitia vossa opinião a respeito das hostilidades dos Negros fugitivos do bando de Bonni, solicitando que refletíssemos sobre a situação crítica da Colônia (...) Para este fim, caso se deseje conter ou perseguir os negros fugitivos de Bonni, não há meio melhor que aumentar o Corpo de Negros Libertos. É a nossa opinião que este Corpo deve ser ampliado para 400 homens o mais rápido possível”. O governador ficou satisfeito com a aprovação, mas achou suficiente um aumento para 300 homens.<sup>57</sup> Logo em 1º de fevereiro de 1790 ele se dirigiu aos fazendeiros solicitando-lhes que fornecessem o número de escravos em questão, observando: “que é do nosso real interesse o recrutamento e a manutenção do Corpo de Negros emancipados, que em numerosas ocasiões tem prestado importantes serviços para o País e que tornou-se tão necessário à proteção de nossas propriedades contra os ataques dos inimigos internos”.<sup>58</sup>

Apesar do apelo, provou-se difícil recrutar escravos para a guerra contra os quilombolas, e esta foi uma das razões pelas quais o Governador Nepveu, esboçou um plano com data de 23 de julho de 1790, para fazer a paz com os líderes dos quilombolas, Bonni e Codjo. O governador alegou que, por um lado, fazer concessões aos escravos e quilombolas era um sinal de fraqueza, mas que, por outro, havia circunstâncias que exigiam tal decisão. Neste sentido, ele chamou atenção para as consequências, para a agricultura de plantation, da manutenção do Corpo. Em 1790, o recrutamento de escravos encontrou forte oposição nas fazendas, por conta da crescente escassez de escravos resultante alta mor-

---

<sup>57</sup> Missive van Societeit, 6 January 1790, 1 December 1790.

<sup>58</sup> Notificatie van Gouverneur em Raden, 1 February 1790.

talidade, naquele ano, causada pela “doença infantil”.<sup>59</sup> Contudo, apenas um ano mais tarde, em 1791, mais uma vez decidiu-se solicitar que os fazendeiros fornecessem escravos, ao preço de 1.000 florins cada, resultando, neste mesmo ano, na compra de 15 escravos e no recrutamento de mais 46.<sup>60</sup> Em 1798, recrutaram-se os demais 100 a 150 escravos, mas as regras de se fixar lotes e fornecer escravos no sistema rotativo não eram mais aplicadas com rigor. O argumento usado era o de que os pequenos fazendeiros “seriam levados a interromper a exploração das suas terras, ação em desacordo com os da economia que, ao contrário, exigia incentivos para os fazendeiros que estivessem apenas iniciando suas atividades”. Um ano mais tarde, uma decisão tomada pela Proclamação de 30 de setembro de 1799 ampliava o Corpo em 200 escravos.<sup>61</sup>

Como os integrantes do Corpo eram emancipados quando o contrato expirava, numa recompensa pela participação na guerra, a criação e a manutenção do Corpo significavam uma permanente retirada dos trabalhadores mais bem qualificados da produção agrícola, resultando, possivelmente, na redução desta produção, assim como da produtividade. Isto, por sua vez, contribuía para a transformação, ou mesmo o declínio, do modo de produção escravista e das condições de trabalho durante a segunda metade do século XVIII. Observe que a retirada dos escravos do sistema de produção aconteceu, em sua maior parte, no mesmo período em que houve uma escassez substancial de escravos, relacionada à limitação e à interrupção da importação de escravos africanos. Além dos escravos retirados das fazendas em caráter definitivo, outros eram alugados temporariamente pelo governo. Os fazendeiros eram obrigados a fornecer alguns escravos três meses por ano, que eram utilizados pelo governo como carregadores nas expedições ou como cavadores na construção da Linha de Defesa (Cordão). O número destes escravos “de tropa” foi de 400 anuais no período de 1770 a 1779.<sup>62</sup>

<sup>59</sup> Plan van bevrediging met de Bosnegers onder Bonnie em Cojo, 15 December 1790, RVP, 172.

<sup>60</sup> Resolúties van Gouverneur, 15 March, 1 May, 4 May, 14 May, 16 May, 28 June 1791.

<sup>61</sup> Resolutie van Gouverneur em Raden, 19 September 1798; Notificaties 20, 29 October 1798, 23 September 1799; Resolúties van Gouverneur en Raden, 30 September, 1 November 1799.

<sup>62</sup> Missive van Gouverneur em Raden, 20 May 1779, February 1789, Leijsten van de burger Capiteijnsen 1779, RVP, 584, 585.

<sup>62</sup> Missive van Gouverneur em Raden, 20 May 1779, February 1789, Leijsten van de burger Capiteijnsen 1779, RVP, 584, 585.

A retirada dos escravos mais bem qualificados da economia de plantation ajuda a explicar a falta de disposição ou de capacidade dos fazendeiros para executar a política populacional do governo que visava incentivar o crescimento vegetativo da população escrava. Esta posição não causa surpresa, já que a política populacional descrita nas leis de 1784, 1851 e 1856 exigia um aumento no custo de manutenção dos escravos. Além disso, as escravas grávidas tinham de ser dispensadas do trabalho na lavoura durante a gravidez e alguns meses após o nascimento das crianças, significando a sua retirada da produção por um período de tempo mais longo que anteriormente, medida que aparentemente os fazendeiros não podiam suportar.

Em resumo, pode-se afirmar que os efeitos demográficos da política populacional formulada pelo governo holandês foram parcialmente anulados pela falta de disposição ou de capacidade dos fazendeiros de implementar as medidas, resultando, por sua vez, no aumento progressivo dos custos de funcionamento das fazendas causados tanto pelas consequências financeiras da guerra como pelo recrutamento de escravos agrícolas para formar o “Corpo de Mulatos e Negros Libertos”.

## **Conclusão**

Ao final do século XVIII, tornou-se cada vez mais claro que a possibilidade de se recrutar escravos na África logo chegaria ao fim. Por esta razão, o governo holandês decidiu adotar medidas destinadas a elevar a taxa de crescimento natural e reduzir a mortalidade da população escrava do Suriname, criando uma política populacional que não obteve êxito. As medidas não resultaram num aumento real da natalidade nem numa queda da taxa de mortalidade durante o século XIX. Os efeitos da política populacional foram parcialmente anulados pela ação conjunta de dois fatores originados na guerra contra os quilombolas, quais sejam, as consequências econômicas da guerra e a retirada dos escravos agrícolas da produção econômica para alistamento no “Corpo dos Mulatos e Negros Libertos”.



## Anexos

**Tabela III**  
Renda e Despesa (florins) do Fundo Contra Quilombolas  
(Cassa tegen de Weglopers)

Período	Renda	Despesas	Diferença
1773-1818	5.282.019	3.980.914	1.311.136

A diferença de 1.311.136 inclui uma inexplicável quantia de 10.031 florins. A despesa anual pelo período mencionado no quadro foi de 220.084 florins, cuja conta chega perto de 5% do total líquido que entrou para a classe dos fazendeiros no Suriname no período de 1766-1775. Isto mostra que uma grande parte do lucro dos fazendeiros era gasto nas guerras contra os quilombolas. Fontes: *Resolutie van de Societeit*, 24 de julho de 1775 e *Missive van de Societeit*, 20 de Agosto de 1777, 4 de Novembro de 1778.

**Tabela IV**  
**Custos Anuais das Guerras dos Quilombolas,**  
**para o Orçamento do Suriname, 1770-1779**

<b>Despesas</b>	<b>florins</b>
1. Guarnição de 1.500 pessoas, das quais 924 homens para orçamento do Suriname entre os quais 97 oficiais, que recebem suas provisões em dinheiro:	37.335
827 soldados:	
- salário	36
- montagem de armas	24
- despesas médicas	25
- rações extras	100-185
	152.995
Transporte e despesas eventuais	9.649
2. Corpo de Libertos (Vrijcorps), de 250 integrantes, recebem juntamente com 4 instrutores (conducteurs) e um contador	4.080
25 oficiais a 15 florins por três meses	1.500
225 soldados a 12 florins	2.700
254 rações	25.400
Para manter o Corpo	10.000
Remédios e armas extras	6.320
	50.000
3. Tributo aos negros pacificados	10.000
4. Para manter o número de artífices contratados para a construção de Linha de Defesa (cordão), total de 150 trabalhadores	10.000
5. Material e mobílias para oficiais encarregados de supervisionar a construção do Cordão	70.000
6. 400 negros de tropa, alugados por um período de três meses na estação seca	18.000
7. Rações para 400 negros a 100 florins por ano	10.000
8. 100 negros (alugados)	18.250
9. Rações para 100 negros	10.000
10. Pensões (provavelmente pagas para os mutilados ou viúvas)	3.000
11. Aluguel regular de embarcações	4.000
12. Embarcações extras, carregadores, escravos alugados	30.000
13. Gastos extraordinários com gratificações para os escravos	10.000
14. Custos especiais calculadas com base nas informações do período de 1759-1769	77.000
15. Provisão baseada em 600.000 florins com taxa de 2,5%	15.000
16. Juros sobre 1.400.000 florins com taxa de 2,5%	35.000
17. Déficit	29.000
<b>Total</b>	<b>600.000</b>